

A Constituição da Metáfora do lixo social – Vidas em abrigo em Juiz de Fora: Pedro e o processo de devolução da família substituta.

Amanda Chaves Pinheiro*

Resumo

O presente estudo busca compreender aquilo que designamos por “lixo social”. Utilizamos a expressão lixo social como uma metáfora que desembaraça o caminho que revela tal perversidade. Especificamente neste estudo, observamos Pedro, um adolescente abrigado em uma instituição de acolhimento como medida de proteção judicial inserida na Doutrina de Proteção Integral. Pedro foi adotado, contudo, devido ao seu comportamento inapropriado, e por vezes violento, foi devolvido pela família substituta para a instituição de acolhimento. Neste estudo observamos o processo de devolução de Pedro como similar ao lixo que é descartado quando compreendido como inútil e torna-se, portanto, inadequado.

Palavras chaves: Lixo social, devolução, instituições de acolhimento.

The Constitution of Metaphor of Social Garbage - Lifes in shelter in Juiz de Fora city: Peter and the returning process of the substitute family.

Abstract

The present study search an understanding of constitution of that we call by “social garbage”. To construct this research, were looked for a metaphor that could reveals something about that social wickedness. Specifically at this study, we found Pedro, a teenager that is housed in a host institution as a standard of legal protection inserted in the Doctrine of Integral Protection. Peter was adopted, however, due his “inappropriate” behavior, that sometimes could be violent, was returned by the substitute family to the host institution. In this study, the Peter’s return process was observed as similar at trash discard process, that it’s understood as useless, something that turned inappropriate.

Keywords: social garbage; returning; host institutions.

Introdução

O BICHO

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

O presente estudo é um fragmento da pesquisa de doutorado que analisa quatro instituições de acolhimento no município de Juiz de Fora. Neste artigo observa-se a trajetória de Pedro, um adolescente abrigado em uma das instituições de acolhimento do município, como medida de Proteção Judicial inserida na Doutrina de Proteção Integral. O uso metafórico deste conceito parte da diligência de interpretação da realidade de crianças e adolescentes, em situação de direitos violados e abrigadas em instituições de acolhimento.

Há aqui a busca por uma compreensão da constituição daquilo que designamos por “lixo social”. Procurou-se uma metáfora que desembaraçasse o caminho que revela tal

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Docente de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora. e-mail: amandacso@yahoo.com.br

perversidade, uma metáfora que captasse precisamente a inquietação e a imprevisibilidade do que se concebe como “lixo social”. Na verdade, busca-se compreender a produção de uma variedade de lixo dentro de instituições de abrigo para crianças e adolescentes.

Inicialmente, cabe ressaltar, que a aproximação entre os conceitos criança-infância e lixo deram-se no contexto de entrevistas para a dissertação de mestrado da autora. A partir da aproximação desta pesquisadora com um grupo de crianças oriundas de escolas municipais e filhas de catadores de materiais recicláveis. Na fala de uma das crianças foi expresso que não só os materiais poderiam ser considerados lixo, mas que elas também. Reproduz-se aqui sua fala: “sou lixo também!”. Esta expressão não pôde ser ignorada e, constitui-se, portanto na motivação para compreender o que são indivíduos dispostos como refugio, ou seja, que tipo de características e localização espacial essa singularidade de resíduos apresenta.

No que tange ao abrigo, percebe-se que são instituições que funcionam nas capilaridades do Estado, e a extensão do seu poder abrange suas capilaridades institucionais, ao mesmo tempo alcançando as práticas políticas e os discursos científicos extraídos dos sujeitos apropriados pelo Estado. Trata-se de uma demarcação do poder aplicado à própria vida, compreendendo e perpassando o domínio familiar – a casa – à sua extensão – a cidade, ou seja, do exercício de um poder que se aplica sobre o indivíduo e, simultaneamente, sobre a população. A exclusão e a inclusão estruturam o poder do Estado, questiona-se como o exercício desse poder aplica-se sobre a sociedade quando se refere à institucionalização do abandono da infância e adolescência, em “instituições de sequestro”.

Foucault (1996) define as “instituições de sequestro” como uma série de estabelecimentos, não somente a fábrica, mas também os estabelecimentos penais, pedagógicos e médicos, nos quais a existência se encontra aprisionada. No correr do século XIX, esses estabelecimentos se multiplicaram e têm como objetivos o sequestro e o controle de três funções: do tempo, do corpo e do saber dos sujeitos a eles submetidos; “fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transforme

em tempo de trabalho” e “fazendo com que o corpo dos homens se torne força de trabalho” (p. 119). Tem-se ainda a produção de verdades ou o sequestro do saber dos sujeitos. Denominado por Foucault de “poder epistemológico” tem-se a função de extrair os saberes produzidos por certas práticas. Há um saber/poder que nasce da observação dos sujeitos, da sua classificação, do registro e da análise dos seus comportamentos, da sua comparação. São extraídos dos próprios sujeitos seus saberes, produzidos por eles em suas práticas, e este conhecimento será retranscrito e acumulado segundo novas normas.

Ressalta-se, por um lado, que o abrigo de crianças e adolescentes no Brasil é uma medida de proteção judicial para situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, as políticas de funcionamento e gestão de abrigos são paradoxais, ou seja, ao mesmo tempo em que protegem, segregam e excluem seus abrigados do contexto social. A violência cometida contra as crianças e os adolescentes não acontece somente nas famílias pobres, mas também naquelas que pertencem às classes sociais mais privilegiadas. Os abrigos são, às vezes, a única opção de amparo encontrada pelos pais para minorar o sofrimento dos filhos em determinados momentos da vida de uma família. Em geral, a precária formação intelectual e o despreparo emocional dos técnicos e funcionários que trabalham em algumas dessas instituições comprometem uma ação mais efetiva, pois estes raramente contam com algum incentivo por parte da instituição, para que possam realizar algum tipo de aprimoramento profissional que permita contribuir para a melhoria de seu trabalho com as crianças. O abrigo de criança, por vezes, é uma forma de abuso infantil. A exclusão é característica intrínseca dessa prática, que denuncia e ressalta a desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento.

Vale lembrar, no entanto, que o abrigo é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como medida de proteção (BRASIL, 1990) para crianças e adolescentes que precisam ser temporariamente afastados da família, até que possam retornar ao seio familiar, ou até mesmo obter inserção em famílias substitutas. Não resta dúvida que o abrigo acaba privando a criança do convívio familiar por

algum tempo, todavia, sabe-se que as políticas públicas voltadas para a família poderiam evitar esse afastamento (SILVA, 2004).

Se os abrigos do Estado Brasileiro não se responsabilizam pelos danos causados em abrigados, decorrentes da estadia por períodos extensos, então o abrigado pode ser esquecido na instituição e, com efeito, não haverá prazos conclusivos para os estudos que objetivam a sua reintegração familiar ou sua recolocação em família substituta. Similar ao que Agamben (2003) designou por estado de exceção. O estado de exceção representa a inclusão e a captura de um espaço que não está fora nem dentro, numa relação de dentro/fora, de inclusão/exclusão, de anomia/nomos. Não há lugar para essa singularidade de indivíduos. Promove-se uma inclusão daquilo que é, simultaneamente, expulso, logo, não apenas relegado ao internamento ou através de uma interdição, mas suspendendo a validade deste ordenamento. Em geral, o abrigado perde a noção de pertencimento e a impessoalidade impregna estes abrigos, desencadeada por atendimentos coletivos em grandes grupos e por tempo demasiado longo, incluindo a frustrante espera por adoção.

Ressalta-se assim, que os abrigos são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. A aplicação desse tipo de medida implica a suspensão do poder familiar sobre as crianças e os adolescentes em situação de risco, e se dá apenas por decisão do Conselho Tutelar e por determinação judicial. Isso significa que, durante o período em que permanecem abrigados, esses meninos e meninas ficam legalmente sob a guarda do responsável pelo abrigo, devendo seu atendimento ser acompanhado pelas autoridades competentes, com atenção especial para a garantia de todos os direitos que lhes são assegurados na legislação brasileira, inclusive aquele referente à convivência familiar e comunitária.

Embora a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não seja exclusiva das instituições de abrigo, mas compartilhada por toda a rede de atendimento

à criança e ao adolescente – que inclui ainda o Judiciário, o Ministério Público, os conselhos tutelares e de direitos e o próprio Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal –, essas instituições têm um importante papel na área. É preciso ter claro que a medida de abrigo, além de excepcional, também tem caráter provisório, o que significa que se tem como objetivo último o retorno do abrigado para sua família de origem, no prazo mais breve possível. Isso requer que, enquanto durar a aplicação da medida, os abrigos contribuam com os demais atores da rede de atendimento no sentido de buscar manter os vínculos familiares das crianças e adolescentes abrigados, e de apoiar as famílias a receber seus filhos de volta, além de exercer adequadamente suas funções. Além disso, essas instituições devem empreender outros esforços, no sentido de propiciar o direito à convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento, tendo em vista especialmente aqueles casos em que o retorno à família se mostra inviável e as crianças e os adolescentes tenham que permanecer nos abrigos por um tempo considerável até se integrarem à outra família.

Desenvolvimento

Para compreendermos a constituição da metáfora do “lixo social”, optou-se pela realização de uma análise como um diagrama que articula a visibilidade institucional e a enunciação deste “lixo social” como um mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro. Ao mesmo tempo, locais, instáveis e difusas, as relações de poder não emanam de um ponto central (Estado), mas passam de um ponto a outro no interior de um campo de forças (*continuum* institucional). Busca-se apreender através da “fala” impressões e concepções que acarretam na produção de dados de cunho essencialmente qualitativo, especificamente, as vivências e os modos de vida destes indivíduos sujeitos da institucionalização.

Bourdieu (1997) assinala a necessidade de proteção daqueles que nos confiaram seu tempo, uma parte das suas existências, e acrescenta que

é preciso “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender” (p.9). É preciso entender as pessoas como elas são e evitar os diagnósticos classificatórios, pois os lugares ditos difíceis são, em primeiro lugar, difíceis de descrever e pensar. Também é preciso substituir as explicações simplistas por uma representação complexa e múltipla, abandonar o ponto de vista único, central, dominante. Isso representa especificamente, na observação das culturas infantis: fugir das obviedades na apreensão da forma de pesquisar e definir as infâncias, as crianças e os adolescentes em suas culturas.

Ao mesmo tempo, assim, como em Foucault (1999a) busca-se aqui não a pretensa caminhada por um método de estudos, mas por “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas”. Foucault utiliza-se de uma “perspectiva de trabalho”. Falar em “uma atividade”, uma “maneira de entender”, um “modo de ver as coisas” remete à noção de *techné*, isto é, um modo de ver as coisas que estão em determinadas práticas e suas relações com outras práticas - sejam elas discursivas ou não discursivas.

Trata-se de uma *techné* que consiste numa forma muito singular de escutar as histórias, neste caso, especificamente as histórias das crianças e adolescentes das instituições aqui retratadas. Para o autor, em suas investigações, há a existência de uma rede de micropoderes ao Estado articulados e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro (Estado) e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas sim o inverso, isto é, partir desses micro-poderes que atravessam a estrutura social e ver como eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado. Trata-se de captar o poder em suas extremidades. Isto significa “captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos” (FOUCAULT, 1999b, p.182).

Isto indica que o poder não existe, mas

práticas ou relações de poder. Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia. Assim, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos. Esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilegio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes, reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 1979, p.29).

O poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que se dissemina por toda a estrutura social e a perpassa. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social, política entre si. Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e modelado por tecnologias disciplinares, produz-se um campo documentário que ele captura e fixa, comparando-o com os demais, também o classificando e objetivando-o:

A criança, o doente, o louco, o condenado se tornaram, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a da disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais ... funciona como processo de objetivação e de sujeição. (FOUCAULT, 1999, p.159).

O discurso compõe o sistema de poder, isto é, a importância do entendimento sobre os modos de objetivação de tais formas de sujeição. Neste sentido, Foucault (2000) define como condição prioritária de materialização o “falar”, que emerge e se configura através das práticas discursivas:

(...) falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e

custoso que implica condições (...) e comporta regras (...) (p. 237).

Assim, as práticas discursivas atravessam e são atravessadas por um saber que perpassa os diversos níveis e estruturas institucionais, criando possibilidades de readequação ao/do contexto, através da atualização do discurso, partindo das condições abertas no campo.

Há ainda, o ato de observar que é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para então, a partir dele adquirir um conhecimento claro e preciso. A observação torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato (RICHARDSON, 1999).

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa, principalmente com enfoque qualitativo, porque está presente desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, ou seja, ela desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. Não se pode observar, no entanto, tudo ao mesmo tempo, nem mesmo podem ser observadas muitas coisas ao mesmo tempo. De acordo com Chizzotti (1995) a observação participante foi introduzida pela Escola de Chicago, nos anos 1920, tendo sido duramente contestada pelos pesquisadores experimentais, e abandonada por décadas. Seu resgate atual, no entanto, auxilia nas descrições e interpretações de situações cada vez mais globais. Malinowski (1976) revolucionou

a Antropologia nas três primeiras décadas do século XX, quando fez propostas referentes aos métodos de trabalho de campo, principalmente em relação à observação participante. Malinowski fundamenta sua descrição na necessidade de bagagem científica do estudioso, dos valores da observação participante, das técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina de evidências. Segundo o autor, toda a estrutura de uma sociedade encontra-se incorporada no mais evasivo de todos os materiais, ou seja, o ser humano.

Na observação participante, tem-se a oportunidade de unir o objeto ao seu contexto, contrapondo-se ao princípio de isolamento no qual fomos formados. Para Morin (1997), o conhecimento é pertinente quando se é capaz de dar significado ao seu contexto global, complexo. Assim, a pesquisa participante que valoriza a interação social deve ser compreendida como o exercício de conhecimento de uma parte com o todo e vice-versa que produz linguagem, cultura, regras e assim o efeito é ao mesmo tempo a causa.

A observação participante foi adotada como método de pesquisa, principalmente devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações as quais não se teria acesso apenas através de métodos quantitativos. Considera-se que a realidade social é construída na prática do dia-a-dia pelos atores sociais em interação. O mundo social é constituído de ações interacionais entre os agentes, que são desenvolvidas pelo uso da linguagem. As intenções, ações, pedidos, ordenamentos, ensinamentos, trocas de auxílio são comunicadas através da linguagem estabelecida entre os atores, uma linguagem que não é ordenada e radicalmente fixa, mas que é flexível e adaptável, conforme o grupo de agentes que a desenvolve. Compreender o mundo social, antes de tudo, é compreender a linguagem que este mundo se utiliza para se fazer compreensível e transmissível (BOURDIEU, 1997). As ações sociais somente adquirem sentido neste contexto, ou seja, somente possuem significação quando são compreendidas pelos atores que interagem no mundo social. Portanto, para se capturar o mundo social nas análises sociológicas, é necessário estar atento e levar em conta as redes de significações que são estabelecidas pelo uso da linguagem.

Compreende-se que o membro do grupo não é apenas um ente que pertence a um determinado grupo, mas ao contrário, é um ente que compartilha a construção social daquele determinado grupo. Em outras palavras, é membro o indivíduo que domina a linguagem comum do grupo, que interage com os demais a partir de redes de significação estabelecidas nos processos interacionais, que compreende o mundo social em que está inserido sem grandes esforços racionais, mas apenas pela pertença natural de sua socialização.

Neste sentido, para Bourdieu (1996), há uma cumplicidade ontológica entre os indivíduos (ou “agentes”) e o mundo social. Para o autor os agentes são guiados por um conjunto de disposições (*habitus*) adquiridas da estrutura objetiva e incorporadas desde a primeira infância, que funciona como princípios de visão e de divisão do mundo social. Considerou-se que para analisar uma disposição há que se realizar um trabalho interpretativo que dê conta de comportamentos, práticas, opiniões. Para Lahire (2004) uma disposição é o produto incorporado de uma socialização, seja explícita ou implícita, e se constitui através da duração, isto é, mediante a repetição sistemática e cotidiana de experiências relativamente semelhantes. O autor propõe um dispositivo metodológico de uma série de longas entrevistas realizadas com a mesma pessoa sobre suas práticas, comportamentos, maneiras de ver, sentir, agir em diferentes domínios de prática. As disposições e as variações intra-individual dos comportamentos, gostos, temos de ter acesso à pluralidade de contextos nos quais os “atores” estão inseridos e os momentos de “ruptura biográfica” nas suas trajetórias.

Ressaltam-se duas propriedades essenciais a este estudo, por um lado às expressões verbais e faciais emitidas pelas crianças e adolescentes, por outro lado, o tempo e o lugar em que foram explicitadas. Cada expressão constitui uma palavra e se refere a uma determinada pessoa, tempo ou lugar, nomeia algo e o seu uso depende da relação do usuário com o objeto do qual a palavra trata. O tempo e o lugar, por sua vez, são relevantes para aquilo que nomeia e atua na concepção de localização da elocução. Para Bourdieu (1996) há um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as

estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social, referindo a ligação entre sujeitos e campo de ação. “O que é vivido como evidência na *illusio* parece ilusório para quem não participa dessa evidência” (BOURDIEU, 1996, p.142). A *illusio* é uma espécie de relação de “encantamento” com um jogo; fruto da cumplicidade ontológica entre as estruturas subjetivas e as objetivas. Deste modo, o autor propõe que o espaço social se reconstrói, gerando instrumentos para a ‘naturalização’ e a reflexão, isto é, configuramos como estruturas estruturadas e estruturantes das relações sociais: seríamos em parte, resultado das relações objetivas que vivemos, compartilhando socialmente práticas e interesses.

Portanto, a entrevista-conversa e o registro etnográfico no diário de campo foram às opções que melhor se adequaram ao contexto de nossas observações participantes. Corsaro (1997, p. 29) destacou que, “(...) na minha investigação etnográfica o meu objetivo é sempre descobrir as perspectivas das crianças. Em termos simples, eu entrava em zonas de brincadeiras, sentava-me e esperava que as crianças reagissem a mim. Após algum tempo as crianças começam a pôr-me questões, põem-me a par das suas atividades e definem-me gradualmente como um adulto atípico”.

Adotamos metodologicamente a entrevista-conversa por compreender que ela não é um sinônimo de uma técnica de entrevista menos baseada nos princípios do rigor científico da investigação empírica sociológica. Ao contrário, uma técnica que implica um conjunto de preocupações adicionais na sua preparação, desenvolvimento e aplicação. A entrevista-conversa é um momento de interação por excelência. O bloco temático inicial e, sobretudo, a questão de abertura da entrevista, podem delinear o modo como irá decorrer todo o processo. As crianças e adolescentes são geralmente bons interlocutores de conversa, se o entrevistador souber propor temas interessantes aos olhos destas, entretanto, quando os assuntos não interessam, são considerados aborrecidos, tratados com insistência e durante demasiado tempo consecutivo, a criança começa a ficar impaciente, irrequieta, e procura terminar a conversa o mais rapidamente possível.

Nossa investigação estabeleceu-se por

aproximadamente quatro anos, sendo que, cada uma das quatro instituições pesquisadas foi frequentada por seis meses, com visitas semanais ao campo. As entrevistas-conversas foram realizadas na instituição com pequenos grupos de crianças e adolescentes. Cada criança e adolescente foi entrevistado durante este período por, pelo menos, seis vezes. Consideramos relevante ater-nos a trajetória de Pedro por sua similaridade à nossa compreensão daquilo que ponderamos representar a metáfora do lixo social. Ressalta-se, todavia, que a tese de doutorado produzida através desta pesquisa constitui-se de histórias de vida de outras crianças e adolescentes, retratadas e fragmentadas a partir de eixos temáticos específicos. No presente estudo analisaremos a história de Pedro como um dos fragmentos para a compreensão da constituição do lixo social.

Relata-se aqui, portanto, a história de Pedro, nome fictício dado para preservar a identidade do adolescente. Pedro é pardo, tem quatorze anos e é um dos internos de um dos abrigos em Juiz de Fora caracterizado pela coordenadora como a instituição dos “filhos do crack”. A coordenadora da instituição, uma assistente social, nos contou gentilmente algumas histórias das vidas e de suas vivências na instituição.

Pedro não é o único, existe mais um caso como o dele, em que um adolescente foi “devolvido” pelos pais adotivos. O adolescente vive abrigado pelo menos a seis anos, em situação de vulnerabilidade social com os pais biológicos usuários de drogas e moradores de rua. Pedro vive em uma instituição de acolhimento, como medida de proteção judicial inserida na Doutrina de Proteção Integral. Na tentativa de inseri-lo em uma família substituta, e transcorridos todos os procedimentos legais (entrevistas, entrega de documentos que comprovem a sanidade mental, idoneidade moral, entre outros) os pais foram considerados aptos para adoção.

Ressalta-se que a adoção de crianças e adolescentes é regida pela lei 8069/90, isto é, o Estatuto da Criança e do Adolescente e atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com seus pais e parentes biológicos, salvo os impedimentos matrimoniais. A adoção é medida irrevogável.

No entanto, desistências posteriores à entrega da criança à família adotiva só se tornam juridicamente possíveis caso o processo ainda esteja em andamento, ou seja, em período anterior à sentença definitiva de adoção. Neste sentido, a adoção é uma maneira legítima existente para consolidar os vínculos familiares e assegurar à criança qualidade de vida, pois a partir do Estatuto a reinserção das crianças e adolescentes é fundamental para o desenvolvimento e que estes possuam uma base familiar.

Pedro foi adotado por uma família substituta apta para adoção. Na convivência com a família substituta o adolescente apresentou um comportamento “inapropriado”, isto é, agressivo, violento e com desempenho escolar ruim. O adolescente muitas vezes foi ríspido ao nos relatar sua convivência com a família substituta. Ficou claro que ele não apresentava um bom comportamento na escola, sendo por vezes agressivo com seus docentes. Pedro reclamou muito da falta de intimidade com os pais substitutos e com o novo lar, principalmente em relação à conversa entre eles, bem como ao seu uso dos objetos dentro da casa: “não podia mexer em nada, não tinha as minhas coisas e eles me cobravam muito. Não deu certo, não teve jeito. Ainda por cima me colocaram numa escola em que todo mundo brigava comigo”.

Por sua vez, a família substituta insatisfeita com a agressividade demonstrada pelo adolescente durante a convivência com Pedro considerou, portanto, pertinente devolvê-lo a instituição de acolhimento. Deste modo, Pedro vive acolhido institucionalmente sem perspectivas de uma nova adoção, ao contrário, o adolescente inclusive repudia ser adotado por uma nova família substituta.

Na convivência com Pedro, ele nos pareceu sempre calmo e muito afeito a tecnologia. É ele quem coordena a televisão no abrigo, o *videogame* e as músicas de *funk* no celular. Um adolescente quieto e muito querido por todos, tanto pelo corpo dos funcionários da instituição quanto pelas meninas que dividem a casa com ele. Em seu silêncio, muitas vezes ela falava-nos através dos amigos e amigas. Como, por exemplo, ao serem questionados acerca da adoção uma das meninas amiga de Pedro disse-nos: “Não quero viver na casa dos outros, passa muita humilhação.

A gente não pode fazer nada na casa, não pode abrir a geladeira, nem fazer o que a gente quer. A casa não é nossa, sempre é dos outros, não tem jeito”. Observamos, por muitas vezes, que o assunto é evitado dentro da instituição, ou seja, os adolescentes evitam falar sobre a adoção, bem como os funcionários da instituição. Há um grande silêncio em torno deste assunto, e entre os adolescentes não é incomum observar certo repúdio a adoção. Nesta perspectiva, aquele que é adotado sempre será um estranho dentro do novo lar, e existirão dificuldades de convivência com a família substituta. Observa-se que esta perspectiva seja resultado das experiências negativas de adoção dentro desta instituição.

Acerca da Vara da Infância e Juventude, cabe ressaltar que, a família que “devolve” uma criança ou adolescente é banida da lista de adoção. E de acordo com a coordenadora do abrigo: “a juíza é muito séria e responsável com as crianças e adolescentes daqui. A juíza fica horrorizada e com raiva dessas famílias que devolvem as crianças”.

Ressalta-se aqui, se uma criança cresce em situação irregular, ou seja, afastada da vida familiar, pressupõe-se que sua base de segurança tende a desaparecer, o que pode prejudicar suas relações com os outros, havendo sim, prejuízos nas demais funções de seu desenvolvimento. Para Levy (2009) há uma imagem da criança ideal, aquela que o casal sonha para si antes de adotar de fato. Todavia, esta imagem deve ser desvinculada da criança real, senão os pais adotivos não poderão suportar os conflitos que esta criança irá trazer. É importante ter a dimensão que qualquer crise não será diferente das vividas em famílias com filhos biológicos. Nos casos de devolução, o fracasso atinge a todos os envolvidos no processo, principalmente as crianças e adolescentes, que são responsabilizadas e ou culpabilizadas pela decisão tomada pelos adultos.

Os requerentes que passaram pelo procedimento de habilitação expressaram, na ocasião, o desejo de exercer a parentalidade. Ocorre, porém, que não conseguiram desconectar a imagem do filho ideal daquela apresentada pela criança real. Uma requerente chegou a declarar que não admitia conviver com uma criança malcriada. As crianças foram

descritas como demoníacas, sexualmente precoces, mentirosas, hiperativas, com problemas de comportamento, enfim, com características a elas inerentes. Os adultos as percebiam como seres marcados por uma peculiar estranheza. Não eram os filhos sonhados, portanto, não se disponibilizaram a acolhê-las (LEVI, 2009, p.62).

Levy (2009, p. 63) destaca ainda:

As crianças ou teriam que corresponder exatamente ao “produto encomendado” ou representariam um corpo estranho incapaz de ser assimilado no interior daquelas famílias. A dificuldade em lidar com o diferente e suportar frustrações, a falta de vínculo, a incapacidade de conter a agressividade da criança e dar-lhe um sentido, foram características que estiveram presentes em todas as situações apresentadas. Um novo abandono, uma nova decepção, uma descrença nos adultos e profundas sequelas impressas na vida destas crianças.

A filiação e a adoção funcionam como uma ficção legal estruturante, inaugurando para a criança a via da sua identidade. O desejo do adulto de exercer a parentalidade é fundamental para que se instale uma reciprocidade nas relações construídas. Um projeto de adoção revela paralelamente o desejo explicitado de ter um filho, necessidades específicas de cada requerente, reflexos de suas histórias psíquicas, que repercutirão na relação a ser estabelecida com a criança. Neste sentido, ao reeditar vivências anteriores ligadas ao desamparo, a devolução provoca intenso sofrimento psíquico tanto nas crianças quanto nos adotantes.

Por um lado, na adoção a origem das crianças e adolescentes é uma fonte de enigmas e desperta fantasias específicas nos adotantes, uma vez que a criança foi procriada por outra dupla de pais, sobre quem muitas vezes nada se conhece. Há fantasias e o medo de que um dia a criança e ou o adolescente saia em busca da família original e, assim, os abandone. Por outro lado, para a criança o conhecimento de sua condição de adotada é um processo fundamental, construído ao longo da relação com seus pais e necessário para a construção de sua história como sujeito inserido no mundo.

Quando esta é a vivência subjetiva dos adotantes, os conflitos com a criança – dificuldades intrínsecas a qualquer relação humana – poderão ser experimentados como imensa frustração, gerando ódio e nova rejeição. Desse modo, fortaleceria uma convicção de que a criança não lhes pertence e de que nunca se constituiu como filho. Estas fantasias, que se dão fundamentalmente de forma inconsciente, podem ser consideradas substitutas do sentimento depreciativo dos adotantes, fruto da impossibilidade de conceber seus próprios filhos. Neste sentido, o filho adotivo permanecerá como um objeto ambíguo para os pais como aquele que representa uma tentativa de sutura da ferida narcísica, mas também a ruptura da transcendência como observa Levy (2009, p. 63):

“A construção de uma filiação depende de sujeitos que desejem exercer a parentalidade. Na filiação adotiva, assim como na biológica, espera-se que um vínculo seja construído e que a criança seja introduzida numa história familiar, sentindo-se parte dela. Espera-se, ainda, que os pais adotivos ou biológicos possam redimensionar a criança por eles imaginada, a partir da história que construirão com o filho; alguém que deverá ser percebido não como objeto adquirido para tamponar uma falta, mas como outro ser do qual advirão gratificações e frustrações”.

Muitas vezes, a partir da impossibilidade da geração dos filhos biológicos os adotantes querem ter a sensação de experimentar a criança, como um produto. Desta forma, diante um produto há a possibilidade de devolução. Todavia, estabelece-se a partir da adoção um compromisso ético e afetivo com os envolvidos, nem sempre percebido por todos.

Para Pedro o que houve foi uma rejeição dupla, primeiro pela família biológica, incapacitada do seu cuidado. Posteriormente, pela família substituta que se viu insatisfeita com o comportamento inadequado do adolescente. Como um produto, foi devolvido por não atender as demandas daqueles que deveriam cuidá-lo. Pedro vivencia esta experiência repudiando a adoção e em seu silêncio sente-se inapropriado.

Interessa ressaltar que neste caso a vítima

tornou-se a maior culpada, sem ao menos compreender as razões pelas quais vivenciou a dupla rejeição. Similar em sentido metafórico, análogo ao da compra de um material da prateleira de um supermercado que ao perder suas características primárias torna-se lixo. Lixo será aquilo que não possui utilidade, neste momento haverá uma semelhança com Pedro que será devolvido por não ser como os pais adotivos gostariam que ele fosse. Pedro será assim, de algum modo, o reflexo da política pública vista através de um espelho invertido?

Considerações finais

Como considerações finais deste trabalho observamos que, ao culpar a vítima instaura-se uma violência, não a física, mas aquela descrita por Bourdieu (1996) como uma violência simbólica. A violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação ou em um discurso e obedecê-las. A violência sofrida pelas crianças e adolescentes devolvidos, como no caso de Pedro, diz respeito aquilo que ele não tem, isto é, lhe falta, sendo assim, ele não pode pertencer a família substituta.

Naturaliza-se assim, a rejeição e o abandono, pelo simples fato de o produto – o adolescente – ser despossuído de qualidades fundamentais – um habitus primário referente a comportamentos e disposições – que a própria família substituta é quem deveria fornecer. Assim, um tipo de violência simbólica impregna todo esse processo, uma vez abandonado, Pedro agora rejeitado por não apresentar as disposições que precisava oferecer. Questiona-se, portanto, se serão o abandono e agora a devolução institucional que criarão as condições perversas e impõem uma vida marginal à sociedade incluída? A ausência de pré-condições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um *habitus* marcado pela precariedade, formado de todo um segmento de inadaptados, que passa a ser percebida, tanto pela sociedade incluída

como também pelas próprias vítimas, como um “fracasso pessoal”. Assim, Pedro ao atribuir a si mesmo a responsabilidade pelo fracasso da adoção impede de enxergar a própria ordem social como principal responsável por todo esse processo de perpetuação da desigualdade social que se estabelece na institucionalização da infância e adolescência. Aqui, o aparente fracasso individual impede a perspectiva de um fracasso histórico e institucional.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Bointempo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *A miséria do mundo*. Petropolis: Vozes, 1997.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/NAU, 1996.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LEVY, L; PINHO, P. G. FARIA, M. M. Família é muito sofrimento: um estudo de casos de “devolução de crianças”. PSICO, Rio de Janeiro, n. 1, v. 40, p.58-63, jan./mar, 2009.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental* - São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: Castro G, Carvalho EA, Almeida MC. *Ensaio da complexidade*. Porto

Alegre: Sulina, 1997.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo:Atlas, 1999.

SILVA, E. R. A (Coordenador). *O direito à convivência familiar comunitária: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/ CONANDA, 2004.